

Notas e informações

Economia - Brasil

O País entre a crise e a corrupção

Está em plena evolução no Brasil um quadro sombrio, cujas cores se acentuam em função de dois fenômenos: a dívida externa e a corrupção interna, ambas a atingir o paroxismo, ameaçando, na base, a estabilidade do Estado, pelo muito que comprometem o governo. Talvez não fosse este o momento adequado a apontar culpados: ele se presta mais à análise dos acontecimentos, a fim de que se projete no futuro as consequências que estão fadados a gerar.

É convicção generalizada que o País só resgatará sua dívida em moeda estrangeira pelo trabalho diuturno e infatigável. Esse trabalho de que carece fica, entretanto, relegado a plano secundário porque a autoridade pública, à qual tocaria a tarefa de impulsiona-lo, dando antes de mais nada o exemplo de seu empenho em realizá-lo, parece pouco propensa a um esforço maior, apto a creditar-lhe o apreço da Sociedade. Computados os santificados, os feriados, os pontos facultativos, o carnaval, os *enforcados* e o período de férias legais de cada um, os brasileiros passarão a terça parte do ano de braços cruzados, a fazer nada ou a desfrutar um lazer prolongado que não se justificaria nem que se tratasse de um dos países mais ricos do mundo. A verdade é que não é; ele é, sim, o mais endividado.

Enquanto isso ocorre, alguns exaltados levantam a tese de que "a dívida externa está paga" — pois, dizem, já se pagou muitas vezes. Ora, isso não corresponde à realidade, que é bem diversa. O Brasil tomou empréstimos vultosos quando deveria ter reciclado sua economia (já que não pertence à Opep) e deixado passar a recessão mundial

desencadeada em 1973, com a crise do petróleo. Gastou mal o dinheiro que trouxe de fora — e, quando se deu conta do vulto dos débitos que acumulara insensatamente, constatou que não poderia pagá-los segundo os esquemas de reembolso que vinha observando. Defrontou-se com a necessidade inarredável de renegociar com seus credores o cumprimento dos compromissos que assumira.

Que é que aconteceria, se o espírito do nasserismo baixasse sobre o governo e este se deixasse levar pelo canto de sereia da dívida já paga? O País teria de fechar as fronteiras e as alfândegas ao comércio exterior, sustentando-se apenas de recursos próprios. O custo social dessa aventura seria incalculável e trágico. Um exemplo servirá para que seja avaliado devidamente. Quem deve e não paga, exporta e não recebe; e não importa. No momento em que não mais se pudesse trazer petróleo do Exterior, a indústria automobilística teria de reduzir drasticamente sua produção, condenando ao desemprego muitas dezenas de milhares de trabalhadores, na periferia de São Paulo. A que preço político se haveria de manter a ordem, então?

É lamentável que, neste instante, se somem às aflições geradas pela crise da dívida externa os males da corrupção desenfreada que acomete o aparelho burocrático, como a indicar que muitos dos que o acionam, em posições privilegiadas, julgam que chegou a hora de decretar: salve-se quem puder. Dois exemplos extraídos de episódios que se encontram em plena erupção ilustram bem o panorama traçado: os casos Delfin-BNH e Adic Ltda. (Grupo Centreville)-Nossa Caixa. Nos dois

subtraíram-se à caixa das duas instituições estatais bilhões de cruzeiros que cumpre repor. O problema é que — quase ninguém ignora — dificilmente os *espertos* que se locupletaram com as vantagens do grande *negócio* que fizeram serão sequer penalizados, nos termos da lei. Constitui rotina neste país o assalto aos cofres públicos para premiar os afoitos que o praticam. Onde estão os beneficiários do *escândalo da mandioca*? Estão, pura e simplesmente, contabilizando os lucros do *investimento* que fizeram, depois que se apoderaram ilegalmente de 1,5 bilhão de cruzeiros que lhes foi entregue, graças à fraude, de mão beijada, pelo Banco do Brasil.

Enquanto esses acontecimentos estouram e, a cada dia, fica-se a esperar por novos escândalos, envolvendo titulares de altos cargos administrativos, falta dinheiro para estender a linha que conduzirá a energia produzida em Itaipu (cujas turbinas giram no vazio) aos centros onde haveria de ser consumida, justificando empreendimento que custou ao Brasil dez bilhões de dólares; falta dinheiro para socorrer as populações nordestinas fligeladas pela seca, sabendo-se que no subsolo da região há muita água, que poderia ser extraída por processos relativamente simples e pouco dispendiosos.

Quanto tempo resistirá o Estado aos impactos desfechados contra ele pela conspiração sinistra entre a crise econômica e a corrupção administrativa? Eis uma pergunta que todos os homens que não perderam o senso comum e encaram o futuro com apreensão, porque têm responsabilidade, gostariam de ver respondida.